



RELIGIOSIDADE AFRICANA E INTOLERANCIA: estimulando a "tolerância" no ambiente escolar.

Theresa Rachel Mendes da Silva Rodrigues

Professora SEDUC-PI. E-mail: rachelsud007@gmail.com

RESUMO: O Brasil enquanto país laico garante a liberdade religiosa, que é um direito humano como instituído no artigo V da constituição federal, porém, as expressões de intolerância religiosa se demonstram pertinentes aos mais diversos credos, principalmente as religiões de matriz africana. A escola é um espaço/tempo de formação, (re) produção e enfrentamento de preconceitos e de intolerâncias diversas, visto que disciplinas de humanas como - ensino religioso e história contribuem significativamente para estimular a discussão e o debate sobre a realidade intolerante com as expressões de religiosidade e culturais africanas. Dessa forma, a intencionalidade deste artigo é tratar sobre a educação escolar, em destaque na modalidade EJA – educação de jovens e adultos, para a reflexão e conscientização de que a garantia da liberdade religiosa implica no combate a intolerância a partir da experiência em sala de aula com a exposição dos conteúdos voltados para as religiões e expressões religiosas de matriz africana conhecidas em sua maioria por macumba. O artigo também é uma pesquisa bibliográfica que sustenta algumas vivencias no cotidiano da escola e sala de aula sobre a realidade da intolerância religiosa.

Palavra Chave: Intolerância. Religiosidade Africana. Tolerância. Escola. EJA

INTRODUÇÃO

As conquistas alcançadas para a garantia da liberdade religiosa no contexto brasileiro são notórias, mas ainda ocorrem desafios que entravam avanços maiores perpassando, ao trabalho de formação e conscientização da sociedade. A escola é uma via de acesso que promove condições para a reflexão da realidade que se constrói entorno do combate a intolerância religiosa.

A experiência enquanto professora das disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso nos ensinos fundamental e médio me fez perceber como as muitas problematizações apresentadas pelas mesmas despertam o debate, a argumentação e a movimentação de idéias entorno da diversidade religiosa, da garantia de liberdade de culto, do enfrentamento a intolerância e da educação para tolerar e incluir, a partir do contexto escolar.

No cotidiano da escola e em sala de aula percebe-se o quanto ainda as religiões e expressões de religiosidade de matriz africana, principalmente o candomblé e umbanda, ambas conhecidas e confundidos com macumba, ainda são vilipendiadas e intoleradas por educandos e educandas em sua maioria com uma formação judaico-cristã, o que caracteriza a intolerância que se manifesta em opiniões e ações.

Para isso, este artigo objetiva desenvolver a discussão entorno da reflexão e conscientização crítica para a tolerância às mais diversas religiões e expressões de religiosidade, principalmente as de matriz africana que orienta a indagação inicial - "como



promover a educação para a superação da intolerância às mais diversas religiões, principalmente as de matriz africana?

As respostas para essa indagação, se formulam envolta das possíveis ações, projetos pedagógicos e de metodologias aplicadas em sala de aula que são desenvolvidos pela escola, e ainda sobre a contribuição de disciplinas afins — como a história — que trabalha conteúdos voltados para apresentar a cultura africana e suas religiosidades. Contudo, se ressalta que o tipo de modalidade de ensino apresentada no artigo, volta-se para a educação de jovens e adultos — EJA, que traz suas especificidades, elencadas desde um público em **processo de formação humana e intelectual** o que conduz ao uso de metodologias que atendam a demanda dos educandos e educandas, bem como **desenvolve conteúdos que despertem o exercício de cidadania.**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) instituiu no capítulo II, seção V no artigo 37 que a Educação de Jovens e Adultos "será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria", enfatizando o potencial da educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui, o que de fato se configura como redirecionamento da para a qualificação profissional e acadêmica.

Este artigo no primeiro momento tratará sobre as expressões de religiosidade africana enquanto legado das pessoas negras escravizadas em território brasileiro, por meio das religiões do candomblé e umbanda que são as de maior expressividade no país, mencionando os rótulos e estigmas construídos em volta dessas religiões em sua convivência com o cristianismo. No segundo momento, será abordado como a escola através da modalidade da educação de jovens e adultos – EJA, constrói espaços de diálogos com a contribuição das disciplinas de ensino religioso, sociologia e história descrevendo algumas experiências realizadas para a reflexão e enfrentamento a intolerância, educando para a tolerância religiosa.

DESENVOLVIMENTO

Os percalços da religiosidade Africana no Brasil

O processo de constituição da miscigenação da cultura brasileira foi projetado em meio as desigualdades e exploração dos povos nativos da terra de Santa Cruz", quanto fundamentada no tráfico e escravização de povos africanos para o Brasil, o que veio acarretar posteriormente na proibição da manifestação das crenças e valores destes grupos.



O legado dos povos ameríndios nativos e africanos escravizados no Brasil apresenta-se carregado de diversidade cultural e religiosidade, tornando-se um fator preponderante na identidade do povo brasileiro. A expressividade dos elementos culturais, principalmente dos africanos é marcante, dentre deles as religiões e religiosidade, que se tornou um campo para reconstruir seus valores e reencontrar sua dignidade em meio a toda escravidão, perseguição, preconceito e intolerância. Contudo, não se pode desconsiderar, ou inferiorizar a contribuição dos grupos indígenas na cultura brasileira através de elementos como a crença, valores, música e outros mais.

Em todas as culturas africanas, a religião está presente como princípio básico para a compreensão e interpretação do mundo, sendo também um direito de primogenitura, que é adquirido ao nascer. Para o entendimento da importância da religião nas culturas africanas, Almeida (2010) descreve o entendimento dos princípios norteadores das mesmas ao citar que

Essa compreensão religiosa da vida, já foi definida, pelos pesquisadores europeus do século XIX como sendo uma visão **animista**, ou seja, a crença na existência de espíritos que habitariam a natureza e todo o mundo material. Já foi definida também como visão **mágica**, em função de presença das cerimônias e amuletos. Mas hoje, os antropólogos tendem a definir essa compreensão africana do mundo como **um conjunto de religiões que partem do princípio da existência de uma força vital**. Esse termo tenta englobar o princípio ordenador das crenças que vêem tanto os seres da natureza como portadores de alma, quanto aquelas que crêem na intervenção dos antepassados como protetores de seus descendentes aqui na terra. (ALMEIDA, 2010, p. 9)

Dessa forma, a autora explana uma definição para as religiões africanas considerando os princípios espirituais que as regem, o que provoca desconforto para algumas denominações religiosas, o que contribui para a produção de **dois grandes enganos** que persistem sobre as religiões de origem africana que são:

O **primeiro engano** é imaginar o candomblé como sinônimo da religião de todos os africanos, o que sabemos não corresponder à verdade, nem hoje, nem passado, uma vez que desde o período da diáspora atlântica movida pelo escravismo colonial, eram várias as religiões dos diferentes africanos que por aqui chegaram. O **segundo erro** é associar algumas das formas de expressão do sentimento religioso, originárias de culturas africanas, a demonstrações de algo **malévolo ou demoníaco**. (ALMEIDA, 2010, p. 04)

Entretanto, é considerável enfatizar que a religiosidade africana traz em sua gênese a compreensão religiosa da vida, a partir **da crença na existência de espíritos que habitariam a natureza e todo o mundo material**, se caracterizando assim com **uma visão animista**, de acordo com pensadores do século XIX, como explicou Almeida (2010), o que conduziu a analisar antropologicamente as expressões de religiosidade africana, da seguinte maneira, que



Já foi definida também como uma visão **mágica**, em função da presença das cerimônias e amuletos. Mas hoje, os antropólogos tendem a definir essa compreensão africana do mundo como "**um conjunto de religiões que partem do princípio da existência de uma 'força vital**". Esse termo tenta englobar o princípio ordenador das crenças que vêem tanto os seres da natureza como portadores de alma, quanto aquelas que crêem na intervenção dos antepassados como protetores de seus descendentes aqui na terra. Nessa visão religiosa do mundo e da vida, **as diferentes religiões se colocam lado a lado na crença de que não há morte, tudo na natureza renasce e mesmo os homens, ao morrerem, não deixam o clã, passam a ter uma nova função numa vida imaterial. (ALMEIDA, 2010, p. 09)**

Essa descrição da definição espiritual que norteia o conjunto de crenças das religiões africanas - principalmente Candomblé e Umbanda — explicita a imensidão da espiritualidade que as envolve, o que leva as margens de enganos sobre religiões e as expressividades religiosas africana entorno do teor negativo que lhes são atribuídas. O peso da negatividade a essas religiões acarreta significativamente na produção do imaginário social no cotidiano em decorrência de acusações desumanas e desagregadoras por parte de outras denominações religiosas, principalmente os de cunho judaico-cristão como descrevem Paulo (2015) ao citar Silva (2008) abaixo:

E bom que se ressalte que a presença africana no Brasil, a partir de 1549 foi acompanhada pela imposição pela imposição de aparatos de dogmas católicos. **E os povos africanos escravizados passam a ser vistos como máquinas com fôlego, tidos como inferiores e boçais**. As consequências desse processo serão o desprezo pela cultura e pelas formas de pensar e agir africana com a diáspora negra. (SILVA, 2008 APUD PAULO, 2015, p. 70)

Esses resquícios de intolerância e preconceito na história do Brasil contra as religiões de matriz africana perpetuam secularmente, se transformando numa herança de estigmas construída em gerações passadas, que se não ocorrerem mudanças, perpetuarão para as gerações futuras.

Assim, mediante essa realidade histórica, sociocultural e religiosa, usa-se a seguinte questão reflexiva – "como promover a educação para a superação da intolerância as mais diversas religiões, principalmente as de matriz africana? Questão como essa, conduz a ponderação sobre como a escola deva preparar, organizar meios, formas, espaços para promover a educação para a tolerância.

Educando para a Tolerância Religiosa.

Cada indivíduo passa por um processo de educação, seja formal ou informal, o qual surtirá efeitos posteriores no desenvolvimento humano.



Contudo, é evidente que a escola, é uma das instituições na sociedade responsável para contribuir com a educação intelectual dos indivíduos, mas que, devido a realidade de muitas famílias voltadas para uma dinâmica acelerada de trabalho e outras limitações no núcleo familiar, passa também a contribuir na transmissão de valores, desenvolvimento da criticidade, combate das diferenças e desigualdades dentre outros, o que de fato, coopera para a formação humana, não em sua totalidade, pois, a família ainda é a base primária para que o processo de educação se inicie e transcorra na vida dos indivíduos.

No processo educacional "há uma constante, na qual este se concentra a aprendizagem", que tem dentre suas finalidades a aquisição do conhecimento. Embora, faça ligação da aprendizagem como adquirir conhecimento, algumas teorias buscam explicara o processo de aprendizagem, a partir do aspecto de condicionamento e, bem como do aspecto cognitivo, as quais usam de definições que melhor descreva os fatores que contribuem para a aprendizagem, como se evidencia —

De acordo com as teorias de **condicionamento**, a aprendizagem é a conexão entre o estímulo e a resposta. Ao passo que para a teoria **cognitivista**, a aprendizagem é um elemento oriundo de uma comunicação com o mundo e o que se produz sob a forma de uma riqueza de conteúdos cognitivos. (DAYRELL, 1996)

Uma ressalva importante nesse contexto, é enfatizar os aspectos subjetivos que também estão presente no processo de ensino aprendizagem, principalmente quando esses aspectos se voltam para a cultura e integração social, o que fica esclarecido na afirmação

A apropriação desses aspectos da cultura se consolida através de mecanismos de aprendizagem, tanto no âmbito da educação formal, como na sociedade e nas relações estabelecidas entre os seres humanos. É esse "se apropriar" que vai configurar a identidade, por conseguinte, contribuir para a produção da cultura (SILVA, 2005).

Nessa perspectiva de relacionar educação e cultura no processo ensino aprendizagem, principalmente se tratando de EJA onde a cultura influencia sobremaneira no aprendizado dos adultos que já trazem consigo toda uma bagagem de vivências. Assim, se formula a necessidade de cogitar também a relação do **educar para tolerar as diferenças**, em especial no âmbito das religiosidades na escola, pois a intolerância é um sinônimo da exclusão.

Quanto a exclusão na escola, se faz uso das palavras de Ferraro (1999) que constrói o conceito de "exclusão **da** escola e de exclusão **na** escola para identificar fenômenos de não acesso, evasão, reprovação e repetência (...)", que aliado a descrição da exclusão de Michel Focault (1996), em que o mesmo aborda as "formas de interdição ou de exclusão do discurso,



mostrando que essa exclusão se concretiza materialmente, de diferentes formas e com diferentes justificativas", ou seja a exclusão tem cara, **da pobreza e a cor da pele**.

Os dois aspectos – pobreza e cor – estão associados também no tocante a produção de intolerância religiosa, principalmente voltada para as expressões religiosas de matriz africana, que trazem em seu tecido cultural a herança de crenças, valores e rituais de seus ancestrais ao longo da história, resultando em mácula de toda uma raça através de um passado de exploração e exclusão sociocultural e econômica.

Então, a transdisciplinariedade que perpassa o Ensino Religioso e a História, fornece aporte teórico e prático durante o processo de ensino aprendizagem na sala de aula, de tal forma que conduz ao conhecimento do contexto sócio histórico cultural dos povos africanos e de suas tradições religiosas. Contudo, as mudanças aprovadas recentemente para o exercício das disciplinas de Ensino Religioso e História, tornam-se desafios para o exercício diário na superação da intolerância religiosa.

As leis que fundamentam ensino religioso nas escolas públicas, para estar de acordo com o que determina a Constituição Federal, deve ser de **natureza não confessional**, ou seja, apresentar um conteúdo programático que inclua as doutrinas, as práticas, a história e os aspectos sociais das diversas religiões, sem qualquer caráter catequizador por parte dos professores. Além disso, deve abrir espaço para posições não religiosas. Essa é a forma de garantir o caráter laico do Estado brasileiro e sua neutralidade em relação às manifestações religiosas da população, além de estimular o respeito à liberdade de religião, que é um dos princípios constitucionais.

No espaço escolar que se tem enquanto referencial para o desenvolvimento de metodologias e projetos pedagógicos que contribuam para a compreensão e conscientização do exercício de tolerar as diferenças, principalmente as religiosas, estimulando através da diversidade religiosa a busca de conhecimento para compreender a garantia de direitos.

Algumas ações realizadas no cotidiano escolar, estão exemplificados através de ferramentas metodológicas pontuais — Rodas de conversas temáticas sobre direitos e religiosidades com convidados especiais, Exposição fotográficas para a percepção das nuanças materiais e imateriais das expressões religiosas, e a feira das religiões que é um espaço democrático e de estimulo a diversidade religiosa. O desafio diário do educador ou educadora para motivar os/as educandos/as durante o processo de ensino aprendizagem sobre a diversidade religiosa é constante, e é expresso na afirmação —

Despertar, em suas aulas, o encantamento do educando pela própria tradição religiosa e, ainda, possibilitar que perceba e conheça a existência de outras tradições, diferentes da sua, reconhecendo que cada povo com sua cultura, sen sua propria contato@cintedi.com.br



história na busca da verdade divina, com o encontro com o transcendente. (OLENIK E DALDEGAN, 2004, p.14 apud SOUSA, 2010, p. 04)

Percebe-se que o desafio transpassa o ensino de tradições religiosas, mas perpassa também na aquisição de valores, de sentido de vida em meio a realidade em que os jovens e adultos inseridos no EJA vivem em suas realidades de pobreza, drogadição, desemprego, preconceito e violência. Então, as intolerâncias vão para além dos aspectos religiosos, se apresenta também nas relações de gênero e geração.

Se faz uso das palavras de Sousa (2010) para tratar sobre o combate a intolerância, e expandir a concretização da educação para a tolerância religiosa com o intuito também de promover a inclusão, quando afirma —

Não podemos deixar que a intolerância ocupe espaço nas vidas das pessoas quando diferem das religiões dos negros das religiões dos brancos. A religião não tem cor, a religião busca a unidade entre pessoas independente de credos, cor, raça, etnia. (SOUSA, 2010, p. 05)

CONCLUSÃO

A intolerância religiosa é histórica nas relações sociais constituídas pela humanidade, os mais variados crimes e guerras foram cometidos por conta do não aceitar da crença de outros povos e grupos sociais. Em pleno século XXI, onde os direitos civis e sociais deveriam estar plenamente garantidos, ainda se apresenta a extrema necessidade de pensar e executar ações, principalmente de cunho educativo constantemente para que se estabeleça um tipo de sociabilidade em que os indivíduos adquiram conhecimento e desenvolvam respeito pelas expressões e crenças religiosas, principalmente no que se refere as expressões de matriz africana, que é um dos elementos distintivos da cultura negra, a qual se faz presente na constituição da cultura brasileira, fruto da miscigenação biológica e cultural das raças branca, indígena e negra.

A escola, deve ser um espaço físico e intelectivo que proponha ações e motive aos educandos/as a terem novas percepções das realidades com um olhar crítico sobre o sistema sócio-político, econômico e cultural estabelecido nas sociedades global, mas precisa reverter, contribuir para a desconstrução das intolerâncias — religiosa, gênero, geração etc. — no cotidiano. O exercício do respeito, é possível, pois ao ser praticado com constância pode-se vencer a condição de tolerar as tradições religiosas em seus mais variados contextos. Com



isso, dá-se passos viáveis para promover a inclusão de todos e todas nos processos educativos no âmbito escolar, independente de credo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA

ALMEIDA, Ivete B. da S. **A África e suas religiões** In: Religiões e Religiosidade Africana; capitulo 02. ANO 2010. Universidade Candido Mende/Instituto Prominas-MG.

DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Suely. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?**(2003) Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf Acesso em: 12 out. 2010.

OLENIK, M. L. R.; DALDEGAN, V. M. Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 2004

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo.** *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.94, pp. 155-178. ISSN 0101-7330. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf > Acesso em: 21 set. 2010.

SILVA, Ronald Bello da. **A Educação - Meio de Disseminação da Cultura, do Conhecimento e Elemento Básico do Desenvolvimento Comportamental Humano.** Londrina: Unopar, 2005.

SOUSA, Francisca Roseane F.R. de. Ensino Religioso na educação escolar: Intolerância contra religiões afro-brasileiras. In: Cadernos Imbondeiros. João pessoa, v. 1, n. 1, 2010.

